

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM CAMETÁ (PA): O QUE ACONTECE?

MANAGEMENT AND PUBLIC POLICY OF TOURISM IN CAMETÁ (PA): WHAT HAPPENS?

Daniela Costa Viana¹

Vânia Lúcia Quadros²

Resumo: O município de Cametá, no Estado do Pará, foi palco de um dos acontecimentos mais importantes do estado do Pará, tendo papel fundamental durante todo o movimento da Cabanagem. Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo é identificar como estão a gestão e a política pública de turismo em Cametá. Foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com o Secretário de Cultura e o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Os resultados apontam que a gestão do turismo é responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto (SECULTD); que inexistem conselho e fundo municipal de turismo; e que não há uma política pública definida para o turismo materializada em um plano, programa ou projeto. Conclui-se que é necessária uma gestão que instigue a população e o setor privado a participar do planejamento e da formulação de políticas públicas de turismo, de tal modo a contribuir para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Palavras-chave: Gestão do Turismo. Políticas Públicas de Turismo. Cametá (PA).

¹ Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Pará (FACTOR/ICSA/UFPA). E-mail: danielaviana29@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável (PDTU/NAEA/UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/NAEA/UFPA). Docente e pesquisadora da Faculdade de Turismo no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (FACTOR/ICSA/UFPA). E-mail: vaniaquadros@ufpa.br.

Abstract: Cametá was the stage of one of the most important events in Pará, playing a fundamental role throughout the Cabanagem movement. This work presents the results of a research whose main objective is to identify the situation of the management and the Tourism public policy in Cametá (PA). Bibliographic, documentary and field research were carried out, this last one making semi-structured interviews with the Secretary of Culture and the President of the chamber of Shopkeepers (CDL). The results indicate that tourism management is responsibility of the Municipal Secretariat for Culture, Tourism and Sport (SECULTD); that a council and town's funds of tourism does not exist; and that there is no defined public policy to tourism materialized in a plan, program or project. It is concluded that a management is necessary that instigates the population and the private sector to join the planning and formulation of public policies of tourism, in such a way that contributes to the generation of employment and income and, hence, to improve the life quality of the local population.

Keywords: Tourism Management. Tourism public policies. Cametá (PA) – Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O turismo constitui-se como fator que pode contribuir para o desenvolvimento de uma localidade. Mas, para que isso ocorra, faz-se necessário elaborar meios adequados. E o Estado é o responsável em fornecer essa estrutura, mediante a realização do planejamento e a formulação de políticas públicas para o fomento da atividade turística. Neste contexto, as políticas públicas para o turismo nada mais são que um conjunto de ações do Estado, direcionadas para atender a sociedade. Isto, pois, considerando que o turismo é uma atividade socioeconômica que gera a produção de bens e serviços para todos os envolvidos em seu processo. E que, por conseguinte, possibilita a melhoria na qualidade de vida da população do local onde acontece.

A pesquisa relatada neste trabalho foi realizada a partir do seguinte questionamento: como estão a gestão e a política pública de turismo em Cametá (PA)? Isto a se considerar que esse município é tido como

prioritário para o governo do Estado desde os anos 2000 (PARÁ, 2001, 2012), assim sendo o objetivo da pesquisa verificar como estão a gestão e a política pública de Cametá (PA). Para que, por meio dessa identificação, possam ser destacados a importância e os benefícios das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no município.

Fez-se necessário ainda, relatar o cenário do turismo no município; conhecer a estrutura de gestão do turismo; identificar a existência ou não de uma política e de um plano de turismo para o município e conhecer o entendimento da gestão municipal sobre turismo.

A opção por estudar a gestão e as políticas públicas de turismo em Cametá ocorreu por vários motivos. Um deles foi por ter sido palco de um dos acontecimentos mais importantes do estado do Pará, o Movimento da Cabanagem, e por ter sido fundamental no decorrer de todo esse movimento. Durante a Cabanagem, a cidade tornou-se sede do Governo da província. Por fim, conforme Pará (2016), a cidade foi declarada Patrimônio Histórico Nacional pela Lei Federal nº 7537, de 16 de setembro de 1986 e passou a integrar o Mapa do Turismo Brasileiro.

Para o alcance do objetivo proposto foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Esta última ocorreu no período de 27 de novembro a 7 de dezembro de 2017. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a observação não participante e, também, entrevistas semiestruturadas.

Os resultados apontam que a gestão do turismo estava sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto (SECULTD), que o município não possuía Conselho e tampouco Fundo Municipal de Turismo; que inexistia uma política de turismo materializada em um plano, programa ou projeto. Conclui-se que é necessária uma gestão que instigue a população e o setor privado a participar da gestão, do planejamento e da formulação de políticas públicas de turismo, de tal modo a contribuir para a geração de emprego e renda e, consequentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população local.

2 ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

É necessário, neste momento, tecer alguns comentários sobre gestão e política pública de turismo. Isto, de tal modo, a proporcionar o arcabouço teórico para subsidiar a análise das informações obtidas em campo. O turismo no Brasil é gerido pelo Ministério do Turismo (MTUR), órgão responsável pelo seu planejamento e execução. No contexto regional, cada estado o administra por órgão como secretaria estadual ou empresa pública. Cita-se como exemplo, a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) no Pará e a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) no Amazonas.

No âmbito do estado do Pará, a maioria dos municípios possui órgão gestor de turismo. Em grande parte deles, o turismo é responsabilidade de uma secretaria que o vincula ao meio ambiente, cultura ou esporte e lazer. Quando isso ocorre, a administração é efetuada por meio de uma diretoria, departamento ou coordenação. É o que acontece no município de Cametá, onde o turismo está alocado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto (SECULTD).

Neste contexto, cabe ao município criar esferas administrativas para que o turismo seja oportunizado. Quando o município assume o papel de gestor da atividade turística, ele direciona o caminho a ser percorrido para que ela seja desenvolvida melhor. E que amenize os impactos negativos que serão gerados a partir de sua execução.

Para tanto, o órgão gestor do turismo no município deve formular diretrizes, estratégias e ações para que a atividade turística seja desenvolvida organizadamente e para que sejam envolvidos os atores direta e indiretamente relacionados com ela. Quanto a isso, Scótolto e Panosso Netto (2015, p. 37) afirmam que:

O desenvolvimento de um determinado local de interesse turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria ousado afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local.

Portanto, o desenvolvimento turístico de determinado local somente ocorrerá com a utilização de estratégias corretas e adaptadas para o meio onde ele está inserido. Pois, por mais que o turismo seja benéfico para a localidade, sua implementação gera impactos negativos, mesmo que estes sejam mínimos ou pouco perceptíveis.

O governo tem papel fundamental no que se refere ao planejamento, à coordenação e à implementação das políticas públicas por meio de uma gestão eficaz, seja ela municipal, regional ou nacional. De acordo com Dias (2003, p. 151):

O turismo pode ter uma leitura bastante positiva, servindo para promover o desenvolvimento do município, a melhoria das condições de vida para seus cidadãos, e pode ser importante aliado na gestão do patrimônio cultural e ambiental. No entanto, para que isso aconteça, é necessário estabelecer as bases de uma política municipal de turismo que vá ao encontro das necessidades da população local, e que esta acompanhe sua implantação através da participação ativa na discussão de um Plano de Desenvolvimento do Turismo em nível local.

Dessa maneira, quem formula as políticas públicas de turismo necessita direcionar esforços no sentido de minimizar os impactos gerados para a localidade, sejam eles positivos ou negativos. Isto uma vez que o turismo deve ser uma atividade que gere mais benefícios do que malefícios para a localidade. E que a população esteja envolvida na formulação de tais políticas.

O turismo possibilita o envolvimento de diversos atores da sociedade e os movimenta. Mas, para que isso ocorra é preciso que exista a sensibilização desses atores sobre sua importância e o alerta sobre as condições para o seu fomento. Sobre isso Dias (2003, p. 34) certifica que:

O turismo é uma atividade em que os consumidores (os turistas) podem consumir o produto turístico sem esgotá-lo; no entanto, para que isso ocorra, é necessária a conscientização de um conjunto de atores – empresários, operadores turísticos, turistas, residentes, autoridades locais, ONGs – de que há muito mais a ganhar na preservação dos atrativos naturais e culturais do que em sua exploração desenfreada e voltada para a obtenção de resultados financeiros em curto prazo. A peculiaridade da atividade turística é a utilização dos recursos naturais e culturais na composição de um produto comercializável que não pode ser deslocado e deve ser consumido no próprio local. E, mais importante, quanto menos modificado o recurso, maior o valor do produto turístico.

Com base no que foi dito acima e também de acordo com Nascimento (2009), constata-se que a sensibilização dos atores direta e indiretamente envolvidos com o turismo é fundamental para o pleno desenvolvimento da atividade turística. Quanto mais adequada for a formulação das ações para utilização dos atrativos turísticos, melhores serão seus resultados, uma vez que a conservação dos atrativos é fator fundamental para a existência da atividade turística na localidade. Almeja-se, portanto, para isso, um trabalho conjunto dos setores público, empresarial e sociedade civil.

Vale ressaltar que, conforme aponta Hall (2001), compete ao Estado, em seus diversos níveis (federal, estadual ou municipal), por meio do órgão gestor de turismo, administrar e monitorar o fomento ao turismo. Para que se desenvolva de maneira ordenada e consciente, equilibrando os impactos gerados pela atividade. Assim sendo, todos os atores envolvidos podem usufruir dos benefícios ocasionados pelo desenvolvimento do turismo.

O turismo caracteriza-se como uma atividade que beneficia não somente a economia de determinada localidade. Mas, também, que

possibilita troca de experiências socioculturais entre turistas e comunidade anfitriã. Tudo isto, pois, molda-se de acordo com a realidade da localidade, seja ela no contexto econômico, ambiental ou político.

Para que o turismo possa desenvolver-se em determinado local, necessita ser planejado. Nesta direção, faz-se necessário definir políticas norteadoras que direcionem ações para que o desenvolvimento turístico seja efetuado. A maneira como o planejamento será realizado pela gestão é definida de acordo com as políticas públicas. Quem dita as ações necessárias é o órgão gestor público, ou seja, ele é o agente de intervenção de políticas públicas. Quanto a isso, Emmendoerfer (2008, p. 224) afirma que:

Teoricamente é o Estado, por meio de agentes eleitos pela maioria da população, quem deve buscar o desenvolvimento turístico que traga benefícios à coletividade. As estratégias para que esta meta, intrínseca ao espírito público, seja alcançada passam necessariamente pela formulação de uma política nacional norteadora.

Mas as políticas públicas não são traçadas somente no âmbito nacional. Elas também emergem nas esferas estadual e municipal, uma vez que:

O setor público vê o turismo como fonte de divisas, de suma importância para manter as contas externas superavitárias. Vê também como uma oportunidade de gerar empregos em regiões remotas, ou para movimentar economias estagnadas por meio da distribuição de renda (EMMENDOERFER, 2008, p. 224).

Assim sendo, entende-se que o setor público identifica a importância do turismo para o desenvolvimento local, mas não como setor prioritário. Mesmo que para o desenvolvimento da atividade turística sejam primordiais a gestão e a elaboração de políticas públicas, que devem ser elaboradas em consonância com a comunidade local.

Desse modo, a construção de políticas públicas para o turismo necessita ser estruturada em parceria com a população, como dito

anteriormente. Isto, a se considerar que as políticas públicas que são ações de interesse comum, mas sendo que o Governo é o agente decisório, necessitam contar com a participação do setor empresarial e da população e ser materializadas por meio de um projeto, programa ou plano. De acordo com Silva (2013, p. 31):

A participação da comunidade é importante, também, para o próprio conhecimento e valorização da cultura local. Além do mais, é uma grande colaboradora que ajuda no reconhecimento dos saberes e de tudo que pode ser usado como produto turístico, bem como o tipo de turismo que destaca no local. Isto sem dizer que é peça fundamental na administração do turismo com olhar crítico e monitorador para compreender se o fenômeno está ocasionando alterações no meio que podem vim a ser benéficas ou danosas para a localidade.

A comunidade local precisa estar presente no planejamento do turismo de maneira participativa. De tal maneira que acompanhe a formulação e implementação das políticas públicas de fomento ao turismo na localidade, em todas suas etapas. E que possa ter discernimento quanto aos benefícios e malefícios que a atividade turística gera, uma vez que a ação governamental compartilhada com a comunidade pode contribuir para resultados mais efetivos para o setor.

Para Nogueira (1983), é essencial a atuação de dois grupos no processo decisório, até mesmo porque a política pública do turismo é determinada tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada. Isto para que, juntos, possam realizar medidas protetivas durante a execução da política pública. Todavia, a comunidade local também deve participar no processo de formulação das políticas públicas, pois é o principal agente beneficiário do desenvolvimento gerado pelo turismo.

Sobre o ponto acima, Farias e Figueredo (2015, p. 583) defendem que “O planejamento da atividade turística requer um alto grau de participação do Estado, do setor privado e da sociedade civil organizada no que se refere à criação de instrumentos legais que orientem o seu

desenvolvimento”. Deste modo, verifica-se que as políticas públicas apenas serão efetivas se houver o envolvimento de todos os relacionados com ela. De outro modo, é necessário o compartilhamento de responsabilidades entre poder público, empresariado e população local.

Farias e Figueredo (2015, p. 596) argumentam, ainda, que:

Os planos e programas brasileiros têm demonstrado o progresso da centralidade do turismo nas políticas federais, e diversas ações estão sendo tomadas para tentar melhorar questões relacionadas à falta de planejamento e de participação na implementação da atividade turística, muito embora a prática esteja, em alguns casos, desarticulada da teoria. É possível perceber que o viés econômico é predominante nesses planos, e tem se chocado com objetivos que buscam planejar o turismo com ênfase na responsabilidade e no compromisso com questões sociais e ambientais.

Com isso, percebe-se o imperativo premente de que as políticas públicas de turismo para determinadas localidades equilibrem os benefícios econômicos com os sociais e com a preservação ambiental.

Assim sendo, Dias (2003, p. 120-121) argumenta que:

[...] uma política de turismo, no sentido de que se trata um plano articulado, detalhado e com objetivos voltados para o desenvolvimento [...] deve não só estar voltada para o desenvolvimento do setor, mas ser compreendida dentro de um contexto mais geral de uma política de desenvolvimento.

Baseado na ideia de Dias (2003), e a se pensar como Souza (2006), as políticas são materializadas em planos, programas e/ou projetos, com o objetivo de melhor viabilizar o planejamento do turismo para a localidade. Para que essas políticas públicas sejam efetivas, o planejamento deve estar sincronizado com a realidade da localidade, sendo trabalhado de maneira sustentável e a possibilitar sua continuidade. No que diz respeito ao município de Cametá, não existem políticas públicas contínuas, pois a cada gestão governamental não é dada continuidade no planejamento da gestão anterior, mas sim é realizado um novo planejamento.

Nesse contexto, Dias (2003) argumenta que um plano municipal de turismo deve ter os seguintes elementos:

- Diagnóstico: considerando a avaliação socioeconômica e territorial do Município; a descrição e classificação da oferta turística; descrição e classificação da demanda;
- Prognóstico: projetando o futuro desejado para a localidade;
- Propostas: de programas, projetos e ações;
- Implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico;
- Avaliação contínua em relação à tomada de decisões.

Convém destacar que Dias (2003) foi utilizado como suporte analítico para a pesquisa aqui relatada, adotando como parâmetro comparativo o estudo de Silva (2013), também realizado em Cametá (PA).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcance do objetivo proposto foram realizadas pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A bibliográfica (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013), foi realizada para a construção do arcabouço teórico sobre Gestão e Políticas públicas de turismo. Na pesquisa documental foram considerados documentos fornecidos pela Secretária de Estado de Turismo (SETUR), pela SECULTD, assim como o trabalho de conclusão de curso de Silvanilde Baia da Silva (2013). Já a pesquisa de campo foi realizada no período de novembro a dezembro de 2017. E teve como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com um representante da SECULTD e com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cametá (PA).

Também foram utilizadas as informações obtidas durante o evento I Congresso de Turismo de Natureza de Cametá, ocorrido no período

de 5 a 7 de dezembro de 2017. Esse evento contou com a participação do Secretário adjunto da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), Técnicos da SETUR, representantes da Associação Brasileira de Agência Viagens- PA (ABAV), Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de aventura, (ABETA), Amazônia Aventura, Filhas do Combú e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDELFLOR-BIO). E também com representantes da gestão municipal e da comunidade local.

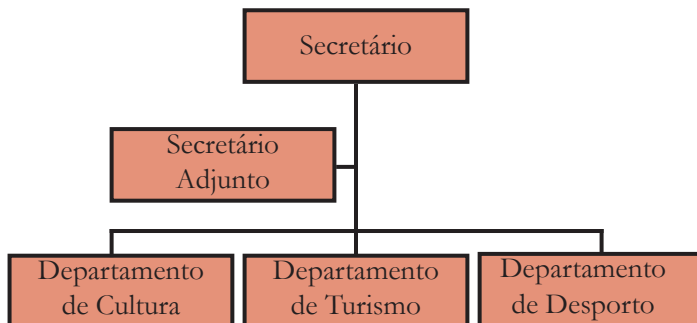
O congresso teve como objetivo a orientação empreendedora dos profissionais de turismo e áreas afins. De modo a viabilizar o potencial turístico da região ocasionando a geração de emprego e renda por meio do turismo. Durante o evento, observou-se de maneira mais ampla a visão que a gestão pública, privada e sociedade civil têm da atividade turística.

4 O TURISMO EM CAMETÁ (PA)

No contexto municipal de Cametá, o órgão gestor do turismo é a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto (SECULTD), coordenada pelo secretário municipal e pelo secretário adjunto. A estrutura organizacional da Secretaria de Cultura de Cametá está dividida em três departamentos: Departamento de Cultura, de Turismo e Desporto, conforme Figura 1.

O Departamento de Cultura é responsável por administrar os espaços culturais apoiando o desenvolvimento cultural e artístico da população, bem como descobrir novos talentos por meio da valorização e incentivo artístico na dança, nas artes cênicas e também na área musical. Este último destaca-se por valorizar as manifestações culturais da região, cujo significado muito relevante é exemplificado pelas festividades e eventos que ocorrem anualmente.

Figura 1. Organograma da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto (SECULTD)



Fonte: Adaptado com base em Cametá (2006).

Pode-se citar, de acordo com dados coletados em campo, que as festas religiosas de natureza católica possuem grande representatividade no município. Cita-se a Festividade de São João Batista, padroeiro da cidade, que ocorre de 14 a 24 de junho; a Festividade de Nossa Senhora do Carmo, comemorada nas Vilas do Carmo do Tocantins e de Carapajó e na Comunidade de Cametá-Taperá no dia 16 de julho; a Festa de São Benedito no mês de agosto; o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, comemorado em setembro; a festa de São Benedito dos Inocentes (São Benedito de Cima), no mês de outubro, localizada no bairro de Santa Maria; e a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, comemorada em dezembro. Deste modo, pode-se dizer que o contexto religioso do município de Cametá possui um rico acervo e que precisa ser fomentado por meio do turismo.

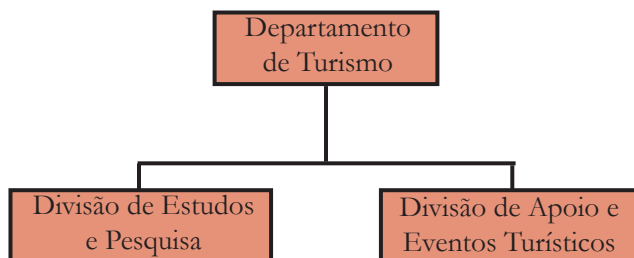
Outra manifestação cultural que ocorre no município é o Carnaval das Águas, que reúne vários grupos de foliões mascarados apresentando-se no centro da cidade e em localidades ribeirinhas. Ainda sobre as atribuições do Departamento Cultura, consta que ele é responsável por valorizar, preservar e conservar o patrimônio histórico do município. Em sua estrutura, ele está constituído por sete divisões, quais sejam: Divisão de

Patrimônio Artístico e Histórico Cultural; Divisão de Biblioteca; Divisão de Registro e Apoio aos Grupos Culturais; Divisão de Projetos Culturais; Divisão de Acervo Cultural; Divisão de Apoio a Eventos; Divisão de Apoio a Arte.

Ao Departamento de Desporto cabe a promoção e a execução de atividades e programas desportivos, assim como sua promoção. Este departamento possui duas divisões com objetivos de realizar estudos, planejar, coordenar, elaborar e apoiar projetos na área do desporto. Tais divisões são: Divisão de Esportes e Divisão de Projetos.

Por fim, o Departamento de Turismo é responsável por elaborar e executar a política municipal de turismo. O quadro pessoal é composto por um diretor e técnicos. A quantidade de funcionários fixos não foi informada. O Departamento possui duas divisões, conforme registra a Figura 2, que auxiliam no fomento turístico. A Divisão de Estudos e Pesquisas tem como responsabilidade realizar estudos de indicadores sobre o turismo, todo o levantamento turístico que a gestão municipal precisa conhecer é adquirido por meio desse departamento. Quanto à Divisão de Apoio e Eventos, ela está direcionada ao segmento de lazer que o município oferece e aos eventos que ocorrem no âmbito local, regional e nacional.

Figura 2. Organograma do Departamento de Turismo



Fonte: Adaptado com base em Cametá (2006).

No Plano Diretor do Município de Cametá (CAMETÁ, 2006), no art. 46 da subseção III, constam as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo. Elas preveem o apoio e a promoção de eventos consolidados e que possuem atratividade turística, principalmente os ligados a cultura local. Estão previstas também, a qualificação dos agentes participantes do setor turístico, bem como a elaboração de um plano municipal de turismo.

Algumas das divisões dos departamentos constituintes da SECULTD existem apenas na lei. O mesmo ocorre com o Conselho Municipal de Turismo, entidade de assessoramento ao órgão gestor do turismo no município. Ele foi criado legalmente (CAMETÁ, 2006), mas não está em funcionamento, encontrando-se na mesma situação do Fundo Municipal de Turismo. Mas de acordo com o Secretário de Cultura:

Nós estamos montando o conselho de turismo, quando a gente monta um conselho a sociedade civil já se enquadra [...]. O CDL é um parceiro nosso, que já está contemplado todo o comércio hotéis, restaurantes, bares [...]. Nós estamos conseguindo puxar a sociedade civil e a resposta é sempre positiva (Informação verbal)³.

Observa-se que existe uma desarticulação entre os atores envolvidos na atividade turística. Todavia, a criação do Conselho Municipal de Turismo necessita da integração entre os setores público, empresarial e a sociedade civil.

No que se refere aos atrativos turísticos, o município possui uma quantidade significativa de bens históricos, culturais e naturais os quais estão descritos resumidamente no Quadro 1. Tais atrativos necessitam ser mais bem trabalhados para o fomento do turismo municipal. No que diz respeito aos serviços de apoio ao turismo, a cidade oferece uma rede de meios de hospedagem e alimentos e bebidas, totalizando 13

³ Em entrevista concedida na sede da Secretaria de Cultura, em Cametá (PA), no dia 29 de novembro de 2017.

empreendimentos hoteleiros e 45 de alimentos e bebidas. Vale ressaltar que nenhum dos empreendimentos identificados possui registro no sistema de cadastro (CADASTUR) do Ministério do Turismo (MTUR).

Quadro 1. Atrativos turísticos do município de Cametá (PA)

Histórico	Cultural	Natural
Igrejas	Festividades religiosas;	Rios (Tocantins,
Paço Municipal	Formas de expressão;	Caji, Moiraba
Instituto Nossa Senhora	Aniversário da cidade;	Cupijó)
Auxiliadora	Carnaval;	Praias
Museu histórico	Carnaval das águas;	Ilhas
Residências e Fachadas	Comunidades remanescentes	
Praças	de quilombos;	
	Cordões pássaros;	
	Carimbó, Samba de cacete,	
	os bois-bumbás;	
	Produção Artesanal;	
	Aspecto linguístico.	

Fonte: Elaborado com base em Pará (2016).

Durante a pesquisa de campo, identificou-se que o município é tombado por decreto estadual. De acordo com Secretário de Cultura, “Cametá é a única cidade do país que é tombada por decreto. E, isso não é motivo de orgulho, porque foi feito um decreto, não foi feito um estudo, um levantamento de caso” (Informação verbal)⁴. Percebe-se, então, que não se sabe o que realmente foi tombado, o que pode ser observado na fala do Secretário de Cultura transcrita abaixo:

Então se tombou o quê? O município? O que foi tombado? No fim nada...O decreto não diz especificamente o que está tombado. Por isso, os nossos casarões, a nossa arquitetura está sendo destruída.

⁴ Em entrevista concedida na sede da Secretaria de Cultura, em Cametá (PA), no dia 29 de novembro de 2017.

Então, resta a nós do município, tentarmos legislar no sentido de preservar o que ainda nos resta (Informação verbal)⁵.

Observa-se o descaso com os atrativos históricos, culturais e naturais do município, pois se encontram abandonados e sem suporte para receber visitantes, sejam eles turistas ou moradores locais. Assim como, também, não há sinalização turística que facilite o deslocamento entre os atrativos.

Em termos de infraestrutura de apoio ao turismo, o município dispõe de sistema médico-hospitalar, redes de farmácias, sistema de segurança, serviços de telefonia e energia elétrica. Possui igualmente cobertura de sinal de *internet* e de telefonia celular (operadoras TIM, VIVO, CLARO, OI). Existem no município agências bancárias do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, além de casas lotéricas e agências postais dos Correios.

5 COMENTÁRIOS SOBRE A GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAL DE TURISMO EM CAMETÁ (PA)

No que diz respeito à gestão responsável pelo fomento ao turismo no município, verificou-se que as políticas públicas direcionadas ao segmento devem ser discutidas em consonância com o setor privado e sociedade civil. Pois, a criação de políticas de turismo adequadas contribui para diminuir os impactos negativos gerados pelo turismo e aumentar os positivos, ocasionando assim seu desenvolvimento.

Sobre isso, Beni (2001, p. 177) afirma que:

A política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua

⁵ Em entrevista concedida na sede da Secretaria de Cultura, em Cametá (PA), no dia 29 de novembro de 2017.

sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Neste sentido, entende-se que a formulação de políticas públicas é de suma importância para que possa ser iniciado o processo de desenvolvimento do turismo na localidade. Pois, a criação de políticas determinará os caminhos a serem percorridos desde o planejamento até o alcance dos objetivos desejados. O município de Cametá possui um órgão gestor, com corpo técnico para articular a formulação de políticas públicas de turismo. Necessita apenas capacitá-lo para que, assim, possa integrar a iniciativa privada e a sociedade civil, quanto ao fomento da atividade turística.

Dias (2003) ressalta a importância do planejamento como ferramenta fundamental para o turismo como fator de desenvolvimento municipal, estadual e nacional. Mas o que se observa no município é um engajamento da gestão com o setor empresarial local apenas para pensar o turismo no período do Carnaval. Nada mais sendo feito, pois de acordo com o Secretário de Cultura, “[...] a atual gestão [...] está tentando arrumar a casa que a gestão passada deixou bagunçada” (Informação verbal).⁶ Em suma, ela está tomando ciência e organizando a questão interna para posteriormente começar a desenvolver as ações necessárias para fomentar o setor.

O município de Cametá está inserido no Mapa de Turismo Brasileiro (BRASIL, 2017). Sobre isso o Secretário de Cultura relata que o município:

Ficou quatro anos fora, mas nós já retornamos. Cametá faz parte do mapa turístico nacional [...]. Não houve um carinho da gestão passada para o turismo em Cametá [...] quatro anos de abandono, de desleixo, de descaso. A gente praticamente está começando o trabalho que nós desenvolvemos durante oito anos na gestão passada, o trabalho estava muito avançado. Nós tínhamos, por

⁶ Em entrevista concedida na sede da Secretaria de Cultura, em Cametá (PA), no dia 29 de novembro de 2017.

exemplo, acesso, na época PARATUR de bater o fio e chegar em Belém a porta estava aberta, hoje nós temos que marcar uma semana, quinze dias de antecedência para ver se é possível ser atendido porque nós ficamos de fora de tudo e a prioridade é para quem está dentro de um pólo turístico, um mapa turístico [...]. Então, estamos refazendo um caminho. (Informação verbal)⁷.

O Secretário de Cultura argumenta ainda que:

Quando se é retirado do mapa, fica mais difícil voltar do que entrar de primeiro. Nós tivemos uma certa facilidade para entrar. Aí saiu, nos quatro anos passados saiu. Então, para a gente retornar foi um trabalho muito árduo, tivemos que fazer muitas provas e comprovações do que realmente estava acontecendo em Cameté e que merecia estar de volta [...]. Mas nós conseguimos, em setembro [2017] fomos oficializados dentro do mapa turístico nacional (Informação verbal)⁸.

Para que Cameté pudesse integrar o Mapa de Turismo Brasileiro fez-se necessário adequar minimamente o Plano Diretor Municipal, que determina as diretrizes que devem ser feitas para estruturar o município, o que ocasionou a criação do Departamento de Turismo na SECULTD.

No que diz respeito ao Departamento de Turismo, este encontra-se ativo e é responsável por estruturar o turismo no município. Mas, de acordo com o Secretário de Cultura, quem assume o trabalho é o próprio secretário, responsável por gerir os três departamentos presentes na SECULTD. Observa-se que, mesmo com a existência de um departamento e um Diretor de Turismo, quem toma as decisões em relação à atividade turística é o gestor máximo da Secretaria. Ou seja, o Departamento de Turismo existe, mas não possui autonomia na tomada de decisões.

Em relação ao orçamento destinado ao turismo, verificou-se no *site* da Prefeitura de Cameté que ele está disponibilizado no Plano Plurianual

⁷ Em entrevista concedida na sede da Secretaria de Cultura, em Cameté (PA), no dia 29 de novembro de 2017.

⁸ Em entrevista concedida na sede da Secretaria de Cultura, em Cameté (PA), no dia 29 de novembro de 2017.

para o período de 2014/2017. Nesse plano está discriminado como será utilizado o valor que cabe ao órgão de turismo (CAMETÁ, 2013). Assim sendo, para a SECULTD está destinado R\$ 2.135.136,000, sendo R\$ 42.312,00 para a promoção do turismo e R\$ 42.782,00 para a manutenção do Departamento de Turismo.

De acordo com Silva (2013, p. 94):

A gestão do turismo municipal tem, por sua vez, a responsabilidade de preservar e conservar os atrativos turísticos sejam eles naturais ou criados, focalizando e valorizando as características típicas do local e possuindo, sempre, o controle da qualidade dos bens e serviços oferecidos.

Mas, os dados levantados em campo apontam que a preservação dos atrativos se torna relevante, pois pouco se faz para com a conservação. Isto, tanto em função da gestão pública quanto da sociedade civil, pois esta desconhece o potencial que eles têm para o turismo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003) esclarece que a gestão pública é responsável por fornecer infraestrutura básica para as instalações de serviços turísticos, além de estimular o conhecimento e a disseminação de informações. Com isso, oferecer incentivos para atrair investimentos do setor privado, ou mesmo arriscar-se em parcerias com a iniciativa privada para a formulação e implementação de projetos que visem promover o desenvolvimento turístico municipal é uma estratégia fundamental.

No art. 187, da Lei Orgânica do Município (CAMETÁ, 1990, p. 47), consta que “O Município promoverá o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, adotando política necessária para o implemente do setor, assegurando o respeito ao meio ambiente, à ecologia e à cultura, [...]”. Essa atribuição demonstra o turismo como fator primordial para o desenvolvimento municipal. Entretanto, o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) descreveu a situação do turismo no município como precária, pois “[...] faltam políticas públicas, falta iniciativa privada. A

gente não vê investimentos fortes na questão de divulgação” (Informação verbal)⁹. Em suma, ele relata a carência de investimento na divulgação dos atrativos turísticos e do calendário de eventos do Município.

Entende-se que o órgão gestor municipal de turismo deve ser o responsável por formular e executar as políticas de fomento à atividade. Porém, é imprescindível que possibilite a participação dos demais atores envolvidos. Nesse sentido, constatou-se que são realizadas poucas ações de sensibilização para alavancar o turismo na localidade, com exceção do período do Carnaval.

Em relação ao Carnaval tradicional, o município investe cada vez mais nesse evento. Os investimentos são claramente perceptíveis desde o ano de 2014, quando foi iniciada a pesquisa. Por ser a data de maior atração turística da localidade, a CDL direciona todo seu planejamento para esse período, tornando o Carnaval o evento mais atrativo do município.

De acordo com o Presidente da CDL, “[...] a atividade que se destaca mais em época, é o carnaval [...]. A gente já consegue ver um movimento melhor para a atratividade do município, porém falta muito a ser feito pela SECULTD, principalmente na parte cultural” (Informação verbal)¹⁰. Observa-se, na fala do Presidente da CDL, que a SECULTD é ausente no que diz respeito à promoção do patrimônio cultural do município.

Em relação ao Inventário da Oferta Turística do município, constatou-se que ele existe, tendo sido realizado em 2016 (PARÁ, 2016). Porém, está desatualizado. Isso pôde ser constatado na palestra proferida pelo Secretário Adjunto da SETUR durante o I Congresso de Turismo de Natureza de Cametá, ocorrido no período de 5 a 7 de dezembro de 2017, no trecho transcrito a seguir:

Esse documento é feito [...] para que o gestor público tenha uma consciência de como quem vem de fora está vendo o município

⁹ Em entrevista concedida na sede da CDL, em Cametá (PA), no dia 04 de dezembro de 2017.

¹⁰ Em entrevista concedida na sede da CDL, em Cametá (PA), no dia 04 de dezembro de 2017.

[...]. Nós, Secretaria de Estado, não vamos fazer a atualização [...], a comunidade cametaense, seja ela poder público, empresarial ou sociedade civil [...], a partir de agora, é quem vai refazer esse documento. É o município de Cametá quem vai refazer (Informação verbal)¹¹.

Devido à pouca participação dos atores na gestão turística do município, constata-se a desarticulação do próprio setor. O que pode ser observado no relato do Presidente da CDL, segundo o qual “[...] A gente não vê investimento... não vê uma agenda... não vê algo mais estruturado voltado para esse lado do turismo” (Informação verbal)¹².

O grande entrave para um planejamento adequado que fomente a atividade turística no município de Cametá é a ausência de autonomia da SECULTD. Apesar de haver uma Diretoria específica para essa função – de desenvolver o turismo – ela não implementa projetos e não atua como deveria. Portanto, deixa a desejar, no que diz respeito ao seu real objetivo de criação.

Apesar da criação de políticas de turismo que visavam à descentralização e à consequente autonomia dos estados e municípios (BRASIL, 2003) para desenvolver o setor turístico, ainda se percebe que os responsáveis pelas decisões políticas e administrativas nos órgãos municipais desconhecem o turismo como atividade capaz de trazer benefícios econômicos, sociais, ambientais. Mas, para que esse contexto mude é preciso que, desde a formulação inicial das políticas públicas de turismo, seja definida a qualificação do corpo técnico, que a pessoa que esteja a frente de um órgão gestor de turismo possa ser capacitada para atuar na área e, conseqüentemente, seja conhecedora da atividade turística.

Além disso, o poder público carece de ser capaz de formular conjuntamente com os demais atores sociais, políticas públicas para

¹¹ Durante palestra proferida no I Congresso de Turismo de Natureza, no dia 05 de dezembro de 2017.

¹² Em entrevista concedida na sede da CDL, em Cametá (PA), no dia 04 de dezembro de 2017.

o turismo, o que não se percebeu no município de Cametá. Todavia, antes de qualquer coisa, o órgão gestor necessita estar estruturado e funcionando, para poder gerenciar ações efetivas que alcancem todos os agentes participantes do segmento turístico. Isto para que, devidamente articulados, possam investir no planejamento turístico e na promoção municipal, visando atrair visitantes durante todo o ano e não apenas no período do Carnaval.

Em termos comparativos, tomando como parâmetro o disposto por Silva (2013), atualmente, quanto aos aspectos turísticos, Cametá está em situação diferente do que se tinha em 2013, pois além de ser prioritário para o Governo do Estado (PARÁ, 2001), integra o Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2017). Todavia, quanto à gestão e às políticas públicas municipais não houve avanços significativos, o que gera questionamento sobre os critérios do MTUR para um município integrar o Mapa mencionando, principalmente no que se refere à manutenção desses critérios e à continuidade, ou melhor, ao desenvolvimento de ações municipais para tanto.

6 CONCLUSÃO

A gestão pública municipal precisa trabalhar a valorização de identidade local, por meio do fomento à atividade turística. Apesar de o município possuir um acervo histórico e cultural expressivo, necessita receber incentivos que possibilitem a preservação deste, para que o turismo o utilize de modo sustentável. E, por conseguinte, para que possa desenvolver a localidade.

Ressalta-se que a própria população desconhece a importância de sua participação. Devido a isso, ela pouco faz parte das ações desenvolvidas pelo órgão responsável. Tanto os empresários locais quanto a sociedade civil não estão envolvidos na gestão e no processo de planejamento da atividade turística. O fato é que inexistem uma gestão efetiva para o turismo

e, conseqüentemente, políticas públicas e um planejamento para o desenvolvimento do turismo.

Com base nas informações coletadas em campo, o potencial turístico do município necessita de fortalecimento pela gestão do turismo. Nesta perspectiva, faz-se necessária a realização de ações continuadas de sensibilização e mobilização dos agentes locais envolvidos na atividade turística.

Assim, desenvolver projetos de pesquisa, informação, sinalização e acessibilidade para o município é de suma importância. Concomitante a isso, é indispensável estabelecer mecanismos de participação dos atores, bem como a qualificação dos profissionais que atuam na atividade turística e na elaboração de um plano municipal de turismo. E, por fim, incentivar a regularização dos serviços turísticos locais.

Entretanto, faz-se necessária a formulação e a implementação de políticas de turismo que contribuam para o desenvolvimento local, de modo que o turismo seja visto como promotor de melhorias na qualidade de vida da população. Mas, tais políticas necessitam ser compartilhadas e pactuadas entre o poder público, o setor privado e a comunidade. Isto, com vistas ao atendimento dos anseios e das necessidades de todos eles, bem como dos visitantes.

Nota-se que as políticas públicas voltadas para o fomento da atividade turística são quase inexistentes. O que é devido principalmente à gestão desarticulada e à falta de estímulo à integração de todos os envolvidos diretamente com a atividade turística. Essas limitações ocasionam o enfraquecimento do setor turístico, que pouco é discutido durante o ano, com exceção do período do Carnaval tradicional no município.

Conclui-se apontando que esta pesquisa não esgota o assunto. Ao contrário, aponta que há muito a ser investigado, como por exemplo, com relação aos fatores que contribuem para a desarticulação entre os atores envolvidos com a atividade turística em Cametá. Ou como desenvolver roteiros turísticos dentro do município, utilizando seus patrimônios naturais e culturais sem causar danos a eles.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 4ª ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2017**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2003.
- CAMETÁ. **Lei Orgânica do Município de Cametá, de 05 de abril de 1990**. Estabelece o Plano Diretor do Município de Cametá. Cametá, 1990.
- CAMETÁ. **Lei nº 086, de 19 de junho de 2006**. Estabelece o Plano Diretor do Município de Cametá. Cametá, 2006.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- EMMENDOERFER, L. A Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 221-240, ago. 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rta/v19n2/04.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FARIAS, K. S; FIGUEIREDO, S. L. Políticas públicas e turismo: avaliação da participação e das instâncias de governança em Abaetetuba (Pará, Brasil). **Revista Turismo e Sociedade**, v. 8, n. 3, jun. 2016. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/41832>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas públicas de ecoturismo e participação:** a trajetória do PROECOTUR no polo Belém/Costa Atlântica. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NOGUEIRA, M. F. G. Políticas Públicas: o processo decisório na cúpula do setor de turismo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 167-82, 1983. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/10637>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional:** Uma perspectiva global. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Plano de desenvolvimento turístico do estado do Pará.** Belém: Companhia Paraense de Turismo, 2001. (Consultoria realizada THR *International* Brasil – Assessoria em Turismo, Hotelaria e Recreação).

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Inventário da Oferta Turística de Cametá 2016.** Belém: Secretaria de Estado de Turismo, 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Ver-o-Pará:** Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012 – Relatório Executivo. Belém: Secretaria de Estado de Turismo, 2012. (Consultoria realizada Chias *Marketing* Ltda.).

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR:** Revista de Turismo e Cultura, v. 9, n. 1, p. 36-54, fev. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/554>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SILVA, S. B. **O planejamento e a gestão do Turismo em Cametá (PA):** contribuições para o desenvolvimento municipal. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 2045, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 9 abr. 2017.

Texto submetido em 18.03.2020.

Aceito para publicação em 17.09.2020.